



A INFÂNCIA NA CIDADE: ESPAÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS

Elise Helene Moutinho Bernardo de Moraes; João Raimundo dos Santos Silva Júnior;
Clarilza Prado de Sousa¹

*Núcleo de Estudos Avançados em Representações Sociais - NEARS / PUC-SP e
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio
E-mail: elisedemoraes@gmail.com*

Resumo: Este estudo é fruto de uma pesquisa mais ampla, que propõe uma investigação no campo educacional, acerca das representações sociais de crianças de uma escola pública de São Paulo-SP sobre a cidade. O aporte teórico da pesquisa está ancorado na Teoria das Representações Sociais, desenvolvida por Moscovici (2003). Dentre os principais conceitos abordados, partiu-se da elaboração de Lefebvre (1991, 2008), que concebe a cidade como projeção da sociedade sobre um determinado local. Selecionou-se um grupo de onze crianças do ciclo interdisciplinar do ensino fundamental, que migraram para São Paulo nos últimos anos, que participaram de uma oficina de desenho e debate, onde os dados foram coletados. Buscou-se identificar: como as crianças representam a cidade em que vivem; quais os espaços são pensados para a criança; como se constituem enquanto criança na cidade; quais as possibilidades de diversão e lazer as crianças constroem ou são construídos para a criança na cidade. Com base na metodologia proposta por Franco (2012), os dados foram analisados a partir de duas categorias: “espaços públicos” e “espaços privados”. Os resultados da pesquisa permitiram observar que as representações de crianças sobre lazer e diversão vêm se modificando com o longo do tempo. Na cidade, sobram pouquíssimas opções de espaços públicos lazer e diversão e cresce, com isso, a relação das crianças com o consumo por meio de espaços privados de sua cidade. Além disso, muitos espaços concebidos como públicos assumem a mesma lógica dos espaços privados, condicionando cada vez mais seu uso, por fatores como a violência urbana.

Palavras-chave: Representações Sociais, Crianças, Cidade, Público, Privado.

Introdução

A presente pesquisa propõe uma investigação das representações sociais de crianças de uma escola pública de São Paulo-SP, a respeito da infância em sua cidade. O estudo filia-se a um projeto maior, que vem sendo desenvolvido pelo Núcleo de Estudos Avançados em Representações Sociais (NEARS), da PUC-SP.

O aporte teórico da pesquisa está fundamentado na Teoria das Representações Sociais, desenvolvida por Moscovici (2003). Dentre os principais conceitos abordados, partiu-se da elaboração de Lefebvre (1991, 2008), que concebe a cidade como projeção da sociedade sobre um determinado local.

Selecionou-se um grupo de onze crianças do ciclo interdisciplinar do ensino fundamental (quarto, quinto e sexto ano) de uma escola localizada em São Miguel Paulista,

¹ Estes autores fazem parte do grupo que desenvolveu o estudo completo, juntamente com os seguintes participantes: Bernadete de Lourdes Marcelino e Juliel Modesto, que atuam sob orientação da Professora Dra. Clarilza Prado de Sousa. O presente artigo trata-se de um recorte da pesquisa maior e os demais integrantes do grupo concordaram em não participar desta publicação e não assiná-lo como co-autores.



distrito da zona periférica de São Paulo. Delimitou-se o grupo de crianças dessa etapa escolar por já estarem familiarizadas com o contexto escolar, com base no estudo de Duveen (2003). O autor suporta a presente análise por ressaltar o impacto da escolarização na construção da identidade na infância. As crianças participaram de oficinas, onde a proposta era apenas que desenhassem sua cidade.

Considera-se a ideia de que a criança tem consigo uma perspectiva própria de enxergar a realidade, pois percebe os espaços sob um prisma diferente dos adultos, o que demanda um foco investigativo específico. Através de seus desenhos sobre a cidade, buscou-se identificar: como as crianças representam a cidade em que vivem; quais os espaços são pensados para a criança; como se constituem enquanto criança na cidade; quais as possibilidades de diversão e lazer as crianças constroem ou são construídos para a criança na cidade.

Metodologia

Nesta pesquisa, procuramos utilizar uma metodologia profícua na análise de imagens, a fim de descobrir como operam esses sistemas de signos e como produzem sentido. De acordo com a teoria desenvolvida por Moscovici (2003), as imagens são capazes de difundir saberes socialmente construídos e que, portanto, fazem parte da memória social.

As crianças participantes da pesquisa são estudantes de uma escola localizada em uma região periférica da cidade de São Paulo, o distrito de São Miguel Paulista, um distrito situado no extremo leste do município de São Paulo, capital. O bairro é considerado um importante centro comercial e populacional regional, sendo uma das regiões mais populosas da cidade de São Paulo. Conta com uma vasta rede de serviços públicos e privados, dentre esses: escolas, hospitais, comércio e indústrias variadas. Uma linha de trem e um terminal rodoviário permitem a mobilidade pelo próprio bairro e para outras regiões da cidade. O entorno da escola onde a pesquisa foi realizada é composto por prédios e condomínios e, paradoxalmente, possui casas de ocupação praticamente no mesmo logradouro. Isto contribui para que a escola receba um grupo bastante heterogêneo, composto por estudantes de diferentes níveis econômicos, principalmente vindos de outros estados do Brasil e mesmo filhos de imigrantes da América Latina.

Optou-se pela seleção de um grupo crianças estudantes do ciclo interdisciplinar do ensino fundamental – quarto, quinto e sexto ano. Esta escolha se justifica no estudo de Duveen (2003), no que se refere à familiaridade desses estudantes



com a cultura escolar, já que estão inseridos há mais tempo nesse contexto, se reconhecem e se constituem no espaço social da escola. O autor vê a escola como um espaço público onde representações são construídas e como um local e um cenário onde papéis sociais são experimentados e exercitados. Todas as crianças obtiveram autorização dos pais para participar do estudo, os quais assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido oferecido antecipadamente pelos pesquisadores e entregue aos responsáveis pela Coordenação Pedagógica da Escola.

O levantamento de dados para análise ocorreu a partir de uma oficina de produção de desenhos e debate. Cada pesquisador trabalhou separadamente com uma criança, por aproximadamente vinte minutos. Para que se apreendessem detalhes da conversa entre os pesquisadores e as crianças, os diálogos produzidos durante a oficina foram gravados e, posteriormente, os áudios foram transcritos. A proposta da oficina era de que as crianças desenhassem sua cidade. Os dados coletados permitiram outros desdobramentos, que resultaram no desenvolvimento de outras pesquisas.

Tendo por base a Análise de Conteúdo desenvolvida por Franco (2012), os desenhos elaborados na oficina passaram por um processo de pré-análise e categorização. Elencou-se, a partir daí, categorias principais para análise: “espaços públicos” e “espaços privados”, estabelecidos pelas crianças como possibilidades de diversão e lazer na cidade. Os dados foram interpretados e algumas inferências foram construídas em um contexto de resultados e discussão.

Resultados e Discussão

Procuramos inicialmente nos debruçar sobre o conceito de cidade, através da elaboração de Lefebvre (2008, p. 56), que concebe a cidade como “a projeção da sociedade sobre um local”. As contribuições do autor podem auxiliar em uma compreensão da cidade como um espaço de constantes transformações, o que faz com que as representações produzidas ali também sejam constantemente atualizadas ou modificadas.

Sabemos que a cidade, tal como a conhecemos hoje, é produto da sociedade moderna, caracterizada pela industrialização. O autor discorre sobre a chamada “cidade capitalista”, que nos auxilia no entendimento do fenômeno vivenciado nas sociedades urbanas da atualidade:

A cidade capitalista criou o centro de consumo [...]. Já é bem conhecido o duplo caráter da centralidade capitalista: lugar de consumo e consumo de lugar. Os comércios se densificaram no centro, que atrai



os comércios raros, os produtos e gêneros de luxo. Esta centralidade se instala com predileção nos antigos núcleos, nos espaços apropriados no decorrer da história anterior. [...] Nesses lugares privilegiados, o consumidor também vem consumir o espaço; o aglomerado dos objetos nas lojas, vitrines, mostras, torna-se razão e pretexto para a reunião de pessoas; elas veem, olham, falam, falam-se. E é o lugar do encontro, a partir da aglomeração das coisas. (LEFEBVRE, 2008, p. 128)

Essa compreensão do conceito de cidade nos ajuda a pensar, também, sobre a relação entre público e privado. Nesta perspectiva, Indovina (2002, p. 119) define a cidade como um espaço público, pois ter acesso a essa cidade “representa a condição para que se possa realizar a vida urbana”. Para o autor, os elementos estruturais da cidade (praças, estradas, passeios, jardins, etc.) são indispensáveis à vida urbana. Ressalta, porém, a importância de alguns “elementos privados”, tidos como símbolos de determinado local (parques, edifícios que servem de referência, etc.). Porém, na complexidade das cidades contemporâneas, definir o que é público ou privado na cidade não é uma tarefa muito fácil, e inclui aspectos relativos à propriedade, aos limites e condicionamentos de uso e ao custo de acesso.

Levando em conta essa complexidade, a composição dos espaços da cidade como públicos ou privados é também orientada por programas parametrizados por leis de uso do solo, que “tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes” (BRASIL, 2002). O Estatuto das Cidades (Brasil, 2002), que regulamenta a política urbana brasileira, prevê como uma das diretrizes gerais:

A garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações. Estes são exemplos de alguns dos direitos que se pretende garantir a oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais.


Estas definições de Lefebvre (2008) e Indovina (2002) sustentam a delimitação das duas categorias de análise: “espaços públicos” e “espaços privados”, que na análise dos desenhos das crianças identificaram os elementos registrados que apontam para os limites e condicionamentos de uso dos espaços da cidade. A complexidade das sociedades contemporâneas defronta com questões sobre o que é público e privado e indica que esses limites ancoram fundamentos históricos mais difusos, que implicariam em análises mais específicas. No presente estudo, procurando contornar, sem desconsiderar a relação público-privado, estabelecemos como critério de diferenciação: os espaços público aqueles que são construídos pelo serviço público e que podem utilizados por todos, sem limites quanto ao acesso, em especial o financeiro. E de privados os espaços que são



restritos quanto ao acesso, construídos pela iniciativa privada ou que demandam algum custo financeiro.

Não são muitos os espaços públicos que emergiram nos desenhos ou na fala das crianças. Apenas três das onze crianças participantes da pesquisa elencaram espaços públicos do qual fazem uso. Foram citados praças, parques e a própria rua em que moram. Curioso observar que a escola é apresentada em apenas um dos desenhos, ainda assim de forma muito discreta, sem nenhum comentário adicional, sem ser o foco da atenção da criança. Esse é um dado relevante, considerando que essas crianças passam grande parte do dia no interior da escola, que a pesquisa foi realizada na escola onde as crianças estudam e em um horário em que foram dispensadas da aula. Duveen (2003) destaca a função social da escola, pois nela as crianças podem experimentar e exercitar papéis, o que contribui para sua constituição enquanto sujeitos.

Quadro 1 – Categoria “espaço público”

	<p>Pesquisador: Fala pra mim sobre o seu desenho. Criança: [...] Aqui do lado tem uma escola. Pela parte da manhã <i>pros</i> grandes e na parte da tarde <i>pros</i> pequenos.</p>
---	---

Fonte: Elaborado pelos autores

Para Moscovici (2003), as representações são construídas pelas linguagens, as quais difundem saberes elaborados socialmente e fazem parte da memória social. As representações sociais estão vinculadas à memória coletiva e circulam entre os indivíduos através de interações sociais. Estas interações, por sua vez, ocorrem em diferentes espaços, assim, uma questão que chama a nossa atenção e deverá ser objeto de aprofundamento de estudos posteriores, é a compreensão da escola como espaço público a ser apropriado pela criança.

A escola é um espaço social onde interagem fatores de ordem material e simbólico, capaz de produzir uma dinâmica de conflitos individuais e sociais reveladora de aspectos da sociedade passada e futura. De acordo com Duveen, (2003), na escola os sujeitos podem,



desde muito cedo, experimentar papéis sociais, compartilhar de saberes e representações sociais. Além disso, para o autor:

(...) se as representações sociais servem para familiarizar o não familiar, então a primeira tarefa dum (sic) estudo científico das representações é tornar familiar não familiar, a fim de que elas possam ser compreendidas como fenômeno e descritas através de toda técnica metodológica que possa ser adequada nas circunstâncias específicas (DUVEEN, 2003, p. 25).


Há que observar como a escola vem sendo familiarizada pelos alunos e que representação ocuparia nesse contexto, é o que se pretende analisar em estudos futuros.

No presente estudo, há outros elementos do espaço público também a serem questionados, que foram apontados pelas crianças. As crianças participantes da pesquisa, ao citarem a praça como um espaço público disponível para lazer, acrescentam que é também um lugar perigoso e inadequado para as crianças, pois tem “tem pessoas ruins brigando”. Essa noção de violência e medo tem evitado que as crianças possam usufruir do espaço público e, limitando o acesso a praças e outras opções públicas de lazer, esses espaços adquirem um *status* próximo do privado. Sarmiento (2007) assinala a importância de se pensar o direito da criança ao espaço público, enfatizando a contribuição que ele pode ter na produção de conhecimento e vivências que irão permitir seu desenvolvimento.

Espaços privados de lazer e diversão estão presentes em oito dos onze desenhos das crianças. Entre outros espaços, as crianças ilustraram o parque do condomínio (usado para jogar bola) e o parque de diversão. Porém, o espaço mais citado pelas crianças como opção de lazer para toda família é o shopping. As crianças se lembram do shopping, porque é onde está o cinema, o espaço de *games*, opções gastronômicas e diversas possibilidades de comércio. Merece atenção a menção de uma das crianças ao salão de beleza, dito por ela como seu principal lazer (Quadro 2).



Quadro 2 – Categoria “espaço privado”

	<p>Pesquisador: E o que você desenhou aqui? Criança: Desenhei só salão. Pesquisador: Mas pra que esse monte de salão? Criança: Pra fazer cabelo, ué! Eu sempre faço.</p>
---	--

Fonte: Elaborado pelos autores

Os dados revelam a relação do lazer com as relações de consumo, possibilitadas pelas sociedades capitalistas em que os espaços privados são citados pelas crianças como os únicos espaços pensados para elas.

Importante ressaltar que a casa também é um elemento recorrente nos desenhos das crianças. Oito das onze crianças participantes da pesquisa iniciaram a atividade com o desenho da casa onde moram. Várias delas relatam que a casa é onde passam a maior parte do tempo que não estão na escola. Em casa, muitas vezes sozinhas enquanto os pais trabalham, as crianças também têm acesso à diversão e lazer. Embora não apareçam nos desenhos, as crianças elencam a televisão, o celular, o computador e o videogame como entretenimento possível dentro de casa. Podemos pensar que todos esses equipamentos fazem parte de um nicho do consumo, como um espaço de grande potencial privado.

Conclusões

As considerações apresentadas nos levam a questionar qual a visibilidade social é atribuída à infância. Quais os espaços são pensados para as crianças em uma cidade? Sarmiento (2007) aponta que muitas políticas públicas se constroem a partir da perspectiva dos adultos, que consideram a criança em sua dimensão de cuidado e proteção, deixando de identificar e compreender as formas de apropriação e representação destes espaços realizados pela criança.

Conforme constatamos com a análise dos desenhos das crianças, na contemporaneidade, não há dúvida de que a infância venha



sofrendo grandes mudanças. Essa constatação é possível no contexto em que as experiências culturais das crianças ocorrem, predominantemente, em espaços de domínio privado.

Na cidade, sobram pouquíssimas opções de espaços públicos lazer e diversão. Além disso, muitos espaços concebidos como públicos assumem a mesma lógica dos espaços privados, condicionando cada vez mais seu uso, por fatores como a violência urbana.

Problematizar as representações sociais que envolvem o consumo das crianças é um passo importantíssimo para que se conheça a realidade da infância contemporânea. Porém, também é fundamental que se pense, cada vez mais, em soluções que tornem a cidade mais acessível para as crianças, com espaços que possibilitem brincadeiras, lazer e diversão, como aspectos de reconhecimento e valorização de uma infância mais cidadã.



REFERÊNCIAS

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. **Estatuto da Cidade e Legislação Correlata**. 2. ed., atual. Brasília : Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002. 80 p. Disponível em: <<http://www.geomatica.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/03/Estatuto-da-Cidade.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

DUVEEN, Gerard. Introdução: o poder das ideias. In: MOSCOVICI, S. **Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2003.

FRANCO, Maria Laura Publisi Barbosa. **Análise de Conteúdo**. Brasília: Liber Livro, 2012.

INDOVINA, Francesco. **O espaço público: tópicos sobre a sua mudança**. 2002. Tradução por Joana Malta. Disponível em: <<http://revistas.rcaap.pt/cct/article/view/9168/6615>>. Acesso em: 23 jul. 2017.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade. Tradução por Rubens Eduardo Frias**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008. 143 p.

_____. **The Production of Space**. Oxford: Blackwell, 1991.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

SARMENTO, Manuel. Visibilidade Social e Estudo da Infância. In: VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de; SARMENTO, Manuel Jacinto (Orgs). **Infância (in)visível**. Araraquara, SP: Junquera&Marin, 2007, p. 25-49.